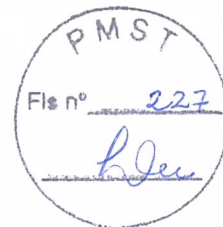




PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO EXTERNO Nº: 014543/2024.

ASSUNTO: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA – ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TERESA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES NO ATENDIMENTO DE 170 (CENTO E SETENTA) PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS FAMILIARES, COM VISTAS À INCLUSÃO E DEFESA DE SEUS DIREITOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.

BASE LEGAL: DECRETO MUNICIPAL Nº 404/2018 E LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**I - DO RELATÓRIO:**

A Associação Pestalozzi de Santa Teresa, inscrita no CNPJ sob nº 32.405.664/0001-27, protocolou por meio do OF/APST/Nº 079/25, que originou o processo referenciado, proposta para formalização de Parceria com o Município de Santa Teresa/ES, visando o repasse financeiro no valor de R\$ 675.385,00 (seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais), cuja proposta é à contratação de profissionais para desenvolver atividades no atendimento de 170 (cento e setenta) pessoas com deficiência e seus familiares, com vistas à inclusão e defesa de seus direitos, bem como aquisição de material de consumo e contratação de serviços de terceiros essenciais ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Para tanto, apresenta Plano de Trabalho, às fls.03/22.

Por sua vez, a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela gestão - em caso de autorização da parceria - encaminhou o processo a esta Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer quanto à juridicidade da formalização da parceria.

*É o breve relatório.*

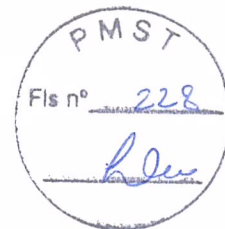
*Opinamos a seguir.*

**II - DA ANÁLISE JURÍDICA:**

Inicialmente, registre-se que a presente análise se limita a juridicidade da formalização das parcerias, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo



administrativa, nem quanto ao conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37, do Decreto Municipal nº 404/2018, *in verbis*:

*"Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:*

*I - análise da juridicidade das parcerias; e*

*II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.*

*Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo."*

A Lei Federal nº 13.019/14, de abrangência nacional, entrou em vigor e, 23 de janeiro de 2016 para a União, Estados e Distrito Federal, e a partir de 01 de janeiro de 2017 aos Municípios, sendo que o Município de Santa Teresa/ES **regulamentou** a referida lei através do Decreto 404/2018.

A partir de então as transferências voluntárias de recursos dos entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para as organizações da Sociedade Civil, passaram a ser efetivada através de novos instrumentos jurídicos: Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.

No contexto dos autos do processo, verifica-se a possibilidade de formalização de **Termo de Fomento**, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto 404/2018:

*Art. 8.º **Termo de fomento** é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de planos de trabalho, cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos de interesse público e recíproco, desenvolvidos ou criados por essas organizações, que envolvam a transferência de recursos financeiros.*

Ocorre que para formalização da presente parceria, deverão ser observadas as premissas estabelecidas no § 2º Decreto Municipal nº 404/2018, *in verbis*:

*§2.º **Compete ao Secretário Municipal responsável pela política pública, além de outras atribuições previstas neste Decreto:***

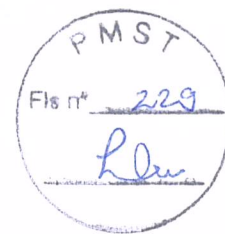
*a) Instruir o processo de solicitação da parceria, juntamente com a equipe técnica, a fim de verificar se a documentação está de acordo com as exigências desse decreto.*

a) QUANTO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS NOS AUTOS:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo

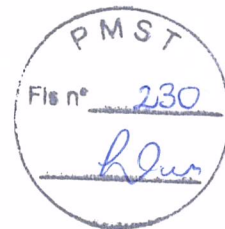


Compulsando os autos, observa-se que foram juntados documentos da Associação Pestalozzi de Santa Teresa, nos moldes do Decreto Municipal nº 404/2018 e da Lei Federal nº 13.019/2014, a saber:

- ✓ Ofício nº 079/2025 solicitando a parceria – fls. 02;
- ✓ Plano de Trabalho – fls. 03/22;
- ✓ Cadastro Nacional da Pessoas Jurídica, fls. 23;
- ✓ Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares, fls. 29;
- ✓ Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fls. 30;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, fls. 25;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Municipal, fls. 26;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual, fls. 27;
- ✓ Certidão negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 28;
- ✓ Estatuto da Associação Pestalozzi de Santa Teresa, fls. 31/63;
- ✓ Ata de Assembleia Geral Extraordinária, fls. 65/68;
- ✓ Relação Nominal atualizada dos Dirigentes, fls. 69/72;
- ✓ Cópia de comprovante de endereço, fl. 73;
- ✓ Relatório Anual de Atividades e Registro Fotográfico, fls. 93/185;
- ✓ Cópia do Termo de Fomento nº 001/2024, fls. 74/82;
- ✓ Cópia do Termo de Fomento nº 0012/2024, fls. 83/91;
- ✓ Cópia da Resolução nº 021/2024, fls. 191/192;
- ✓ Cópia do Atestado de Registro da Entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Teresa, fl. 190;
- ✓ Cópia do documento pessoal do representante legal, fl. 196;
- ✓ Declaração que não emprega Menor, fl. 188;
- ✓ Declaração da Não Incorrência de Vedações, fl. 189;
- ✓ Declaração de Disponibilidade de Instalações, Condições Materiais, Capacidade Técnica e Operacional, fl. 186;
- ✓ Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos Federais, Estaduais e Municipais, fl. 187;
- ✓ Extrato de conta Bancária, fl. 64;
- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026, fls. 198/201;
- ✓ Parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social, fls. 222/223;
- ✓ Parecer Técnico, fls. 224/226;
- ✓ Termo de Referência, fls. 213/221;
- ✓ PORTARIA/SEGOV/Nº 280/2024 que altera a PORTARIA/SEGOV/Nº 199/2025 que nomeou a Comissão de Seleção e a Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o Decreto 404/2018, fls. 202/206;
- ✓ Documento de Formalização de Demanda – DFD, fls. 210;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo



Por outro lado, ausentes autorização do ordenador de despesas, nota de pré empenho, comprovação de pesquisa de preços, conforme preconiza o inciso XIV do art. 35, do Decreto 404/2018, bem como, Justificativa de preço.

b) QUANTO A INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Para celebração de Termo de Fomento, necessário se faz observar o artigo 33, do Decreto Municipal nº 404/2018, no qual será necessária a indicação de dotação orçamentária para sua formalização, a saber:

*Art. 33. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria. Parágrafo Único. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro deverá ser efetivada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria no exercício em que a despesa estiver consignada.*

Verifica-se que a parceria proposta é na ordem de R\$ 615.687,00 (seicentos e quinze mil, seiscientos e oitenta e sete reais), para destinados à contratação de profissionais para desenvolver atividades no atendimento de 170 (cento e setenta) pessoas com deficiência e seus familiares, com vistas à inclusão e defesa de seus direitos, bem como aquisição de material de consumo e contratação de serviços de terceiros essenciais ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria Municipal de Saúde indicou a dotação à folha 197 dos autos, entretanto, não consta nota de pré empenho anexada ao processo.

c) QUANTO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

O artigo 35, do Decreto Municipal nº 404/2018 é taxativo ao estabelecer a documentação necessária para formalização da parceria, que deverá ser observada antes da manifestação jurídica.

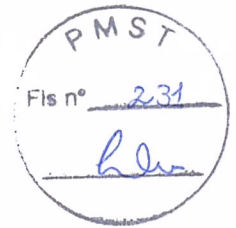
Após análise minuciosa dos autos, **verifica-se o cumprimento parcial do estabelecido no artigo 35 do referido Decreto**, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que não foram juntados os seguintes documentos:

- ✓ Comprovação de pesquisa de preços, conforme preconiza o inciso XIV do art. 35, do Decreto 404/2018;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo



- ✓ Ausência de Justificativa de preço;
- ✓ Ausência de Nota de Pré-empenho.

d) QUANTO A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO:

A obrigatoriedade de emissão de parecer técnico, este contido no artigo 36 do Decreto Municipal nº 404/2018, que assim estabelece:

*Art. 36. A Secretaria Municipal emitirá parecer técnico a respeito dos itens enumerados no inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, de 2014.*

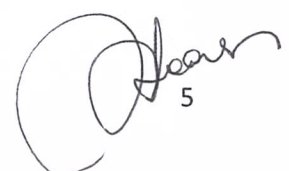
*Parágrafo Único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e a viabilidade de execução da parceria.*

Nesse sentido faz-se necessário a emissão de Parecer em obediência ao que estabelece o referido o inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, a saber:

*Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:*

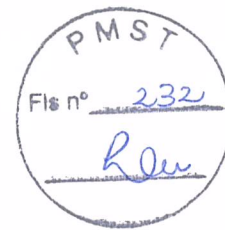
*V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:*

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;*
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;*
- c) da viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, que deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado;*
- d) da verificação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, e se esse é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;*
- c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;*
- f) da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas;*
- f) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- g) da designação do gestor da parceria;*
- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;*
- i) da aprovação do regulamento de compras e contratações apresentado pela organização da sociedade civil, demonstrando a compatibilidade entre a alternativa escolhida e a natureza e o valor do objeto da parceria, a natureza e o valor dos*

  
5



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo



*serviços, e as compras passíveis de contratação, conforme aprovado no plano de trabalho;*

*i) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).*

Às fls. 224/226, consta Parecer Técnico conforme preconiza o artigo artigo 36 do Decreto Municipal nº 404/2018.

**e) DA ANÁLISE JURIDICA**

A Análise jurídica das parcerias se limita a juridicidade da formalização, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência, nem o conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37 do Decreto 404/2018:

*Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:*

*I - análise da juridicidade das parcerias; e*

*II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.*

*Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.*

**f) DOS DOCUMENTOS PENDENTES/AUSENTES NOS AUTOS**

Apesar do § único do artigo 37 do Decreto 404/2018 estabelecer que a manifestação jurídica não abranja análise de conteúdo técnico, compulsando os autos, identifica-se a ausência dos documentos abaixo transcritos, que constam no rol do artigo 35 do Decreto 404/2018, sem os quais não será possível formalizar a parceria, a saber:

- ✓ Comprovação de pesquisa de preços, conforme preconiza o inciso XIV do art. 35, do Decreto 404/2018;
- ✓ Justificativa de preço;
- ✓ Ausência de Nota de Pré-empenho.

**g) DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

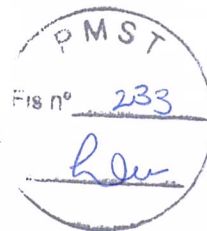
Estabelece a Lei 13019 e o artigo 14 do Decreto 404/2018 que as parcerias poderão ser formalizadas através de Chamamento público, *exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa:*

*Art. 14. A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de*





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
TERESA  
PROCURADORIA MUNICIPAL  
Estado do Espírito Santo



*inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.*

No caso em tela, trata-se de parceria proposta pela Entidade, sendo possível a realização por inexigibilidade, conforme dispõe o artigo 19 do Decreto 404/2018:

*Art. 19. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:*

*I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.*

#### CONCLUSÃO

Desde que atendidas às recomendações contidas no discorrer do presente processo, em observância ao Decreto 404/2018 e Lei 13.019/2014, no que concerne aos itens elencados abaixo, NÃO HÁ ÓBICE, ao seguimento dos autos.

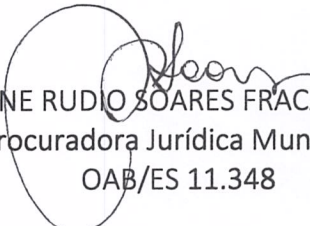
- ✓ Autorização do Ordenador de Despesas;
- ✓ Comprovação de pesquisa de preços, conforme preconiza o inciso XIV do art. 35, do Decreto 404/2018;
- ✓ Justificativa de preço;
- ✓ Ausência de Nota de Pré-empenho.

Após atendimento aos itens acima elencados, remeter os autos para o Setor de Licitações, para seguimento quanto à formalização da INEXIGIBILIDADE nos moldes do artigo 19 do Decreto 404/2018.

S.M.J, é o parecer, *sub censura*.

Respeitosamente, à elevada consideração superior.

Santa Teresa, 26 de janeiro de 2026.

  
ALINE RUDIO SOARES FRACALOSSÍ  
Procuradora Jurídica Municipal  
OAB/ES 11.348

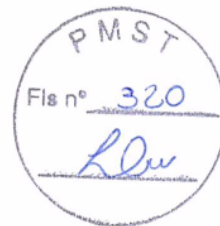


## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

"Primeira Cidade de Colonização Italiana do Brasil"

"Doce Terra dos Colibris"



### PARECER JURÍDICO

Ref. Processo Administrativo nº 014294/2025

Ao SLC,

Fora encaminhado à esta Procuradoria os autos em questão, para análise, parecer e aprovação da Minuta do Termo de Homologação da Inexigibilidade de Chamamento Público, documento de fls. 318/319, firmado sob a égide da Lei nº 13.019/2014.

Cumprе destacar, de início, que esta Procuradoria já se manifestou nos autos quanto à legalidade da pretendida parceria, conforme Parecer Jurídico de fls. 227/233, ocasião em que foi reconhecida a viabilidade jurídica da formalização, condicionada ao fiel cumprimento das orientações e recomendações ali consignadas.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, bem como o juízo de oportunidade e conveniência, a MINUTA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, de fls. 318/319, preenche os requisitos legais, razão pela qual a APROVAMOS sob o aspecto jurídico-formal, desde que atendidas as recomendações constantes no parecer jurídico de fls. 227/233.

Recomenda-se, ainda, a atualização da Portaria/SEGOV/Nº 199/2025, considerando que parte dos membros nela designados não mais integra o quadro da Administração Pública, circunstância que impõe a devida adequação formal do ato administrativo.

Outrossim, orienta-se a juntada aos autos do ato formal de designação do Gestor da Parceria, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso XVII, §1º, alínea "e", do Decreto nº 404/2018.

RESSALTAMOS que, na eventualidade de não atendimento do apontamento e das recomendações, sejam justificadas nos autos as razões que embasaram tal postura.

É o parecer, *sub censura*.

Respeitosamente, à consideração superior.

Santa Teresa/ES, 23 de fevereiro de 2026.

  
KATHERINE ZANETTI  
Procuradora Jurídica Municipal